

APRESENTAÇÃO

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, o termo *desenvolvimento sustentável* foi cunhado para expressar a necessidade de conciliação entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Passados 20 anos deste evento, embora do ponto de vista tecnológico já existam modelos para que esta missão seja alcançada, o desenvolvimento econômico municipal rural amazônico ainda segue um modelo pautado na degradação dos recursos naturais para a geração de riquezas efêmeras que não são convertidas em capital social no longo prazo.

Existem hoje evidências documentadas na literatura (e.g., Celentano e Veríssimo, 2007) de que a maior parte dos municípios do interior da Amazônia tende a seguir uma trajetória de conversão dos recursos naturais de forma predatória para atividades econômicas insustentáveis no longo prazo. É o modelo da economia de bolha, sendo que no longo prazo poucos benefícios permanecem na esfera econômica e ambiental local. Ao mesmo tempo, este modelo beneficia o enfraquecimento do tecido social local, uma vez que os benefícios econômicos passageiros gerados são mal distribuídos e beneficiam uma pequena oligarquia rural.

Neste cenário de escassa implementação de modelos pautados no uso racional dos recursos naturais locais, em 2009, o Instituto Floresta Tropical (IFT), apoiado pelo Imaflora e pelo Fundo Vale de Desenvolvimento Sustentável (FVDS), elegeu um município no interior da Amazônia acrescido de suas adjacências para testar tais modelos. Nos últimos três anos, outras organizações independentes da sociedade civil têm também recebido apoio do FVDS em outros municípios prioritários. Este pacote de apoio inspirou posteriormente um programa estadual paraense de suporte ao desenvolvimento de municípios verdes. A premissa é que as diversas ações contidas neste pacote podem recompensar estes municípios por escolherem o modelo de desenvolvimento alternativo, de forma a desviá-los da trajetória natural insustentável de desenvolvimento. O município e adjacências em questão foi Almeirim e arredores (Monte Alegre, Laranjal do Jarí e Porto de Moz), localizados na Calha Norte do estado do Pará e vale do Jarí. A região foi escolhida por ser muito representativa na Amazônia: contém baixo antropismo, população pequena, grandes áreas de florestas, inúmeras unidades de conservação criadas recentemente, além de ser foco recente de políticas públicas como o ordenamento territorial.

¹ Parte dos resultados publicados neste boletim foi originalmente compilada no primeiro fascículo da série do IFT *Diálogos Florestais da Amazônia*, intitulado *Diagnóstico Econômico-Ambiental do município de Almeirim, Pará* (disponível gratuitamente em formato pdf em www.ift.org.br), publicado em parceria ao Imaflora em 2010.

² Autor correspondente: amorim@ift.org.br.

Este boletim técnico do IFT objetiva documentar algumas lições aprendidas ao longo dos primeiros dois anos do projeto liderado pelo IFT e parcei-

ros na Calha Norte, buscando gerar um debate que beneficie outros municípios a caminho da sustentabilidade na Amazônia Brasileira.

O PROJETO ALMEIRIM SUSTENTÁVEL

O projeto *Almeirim Sustentável* nasceu da necessidade de testar e estabelecer um pacote de ações estruturantes que pudessem apoiar as políticas públicas já em andamento em direção à sustentabilidade socioeconômica e ambiental, estabelecendo um modelo que pudesse ser seguido em condições semelhantes. O projeto desenvolvido pelo IFT, amparado por um extenso diagnóstico socioeconômico e um levantamento amostral das comunidades de Almeirim realizado em 2009-10, e complementado por visitas de campo adicionais em 2011, está hoje em uma fase de implementação das ações que incluem o apoio à produção e mercado de produtos comunitários, assistência à gestão pública municipal, apoio à organização social comunitária e ao planejamento familiar dos produtores rurais, atividades de assistência técnica, capacitação e extensão florestal e rural e desenvolvimento de atividades econômicas alternativas³. No ato de

redação deste boletim, o IFT e parceiros haviam finalizado o segundo seminário local para discussão ampla do projeto e das necessidades municipais, eventos que auxiliaram em muitas das lições documentadas neste trabalho.

Entretanto, a primeira lição aprendida a ser documentada neste boletim é de que **não existe uma receita única que funcione para todos os municípios**, simplesmente porque as condições locais e as políticas em andamento em cada região podem ser bastante diferentes. Outra ressalva importante é de que Almeirim e outras regiões semelhantes não sofrem um embargo semelhante ao experimentado em municípios prioritários do ponto de vista das taxas de desmatamento⁴. Desta forma, o projeto segue uma lógica inversa a projetos executados nestes municípios, já que as ações sendo implementadas não precisam corrigir, mas ao invés disto, desviar o município desta trajetória natural.

ALMEIRIM: A LINHA DE BASE DO PROJETO EM 2009

A linha de base socioeconômica na qual Almeirim estava alicerçado em 2009, no início do projeto, pode ser vista na Tabela 1. Esta linha de base serve tanto para avaliar a futura efe-

tividade das ações do projeto como estimular a aplicabilidade do pacote de ações sendo executadas em outros municípios de características semelhantes.

³ Neste último caso, em parceria ao Instituto Peabiru (www.peabiru.org.br).

⁴ O Ministério do Meio Ambiente editou em 2009 uma lista de 43 municípios que foram embargados devido às suas altas taxas de desmatamento. Destes, 16 se encontravam no estado do Pará. Almeirim e região do vale do Jarí contêm um histórico de pressão sobre as florestas locais, mas em regiões pontuais, o que não torna a região crítica do ponto de vista das taxas em recorte municipal.

Tabela 1. Linha de base socioeconômica e informações territoriais de Almeirim, noroeste do estado do Pará, 2009.

Informações territoriais, geográficas e do uso do solo		Fonte
Área total	72.960 Km ²	IBGE (2005).
Localização	Calha Norte do rio Amazonas, extremo noroeste do Pará	SEPOF (2008).
Clima	Classificação Köppen – Am, quente e úmido	ZEE-PA (2009).
Cobertura vegetal	Destacam-se florestas equatoriais latifoliadas com subtipos de floresta densa, florestas densas submontanas, florestas densas dos altos platôs, florestas densas dos terraços, florestas abertas latifoliadas, campos cerrados, campos e florestas aluviais.	SEPOF (2008).
Patrimônio ambiental	80% coberto por áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas). Também integra o Escudo das Guianas (área com cerca de 90% de florestas intactas).	SECTAM (2006), SEMA (2007), ICM-Bio (2009), Figueiredo <i>et al.</i> (2008).
Uso do solo	Agricultura (lavouras perenes e temporárias), pecuária (bovina, bubalina, pequenos ruminantes, suína), plantação de espécies florestais exóticas (<i>Eucalyptus spp.</i>), produção de madeira tropical e subprodutos, produção de produtos florestais não madeireiros.	IBGE Cidades (2007), Iterpa (2007), IBGE (2008a), IBGE (2008b).
Taxa de desmatamento	59,5 Km ² /ano (taxa 2007-8) e 2,25% do território desmatado até 2009.	INPE (2008).
Ordenamento fundiário/territorial	Município sob jurisdição do Governo Estadual e Federal, tendo ordenamento territorial instrumentalizado pelo Macrozoneamento do Estado do Pará, delimitação de áreas protegidas e Plano Diretor Municipal.	Figueiredo <i>et al.</i> (2008), ZEE-PA (2009).
Aspectos históricos	Em 1930 foi oficializada a criação do município e, em 1988, foram constituídos os distritos de Arumanduba e de Monte Dourado.	IBGE (2005), SEPOF (2008), UFPA (2008).
Aspectos sociais		Fonte
População	30.903 habitantes	IBGE (2007).
Densidade demográfica	0,42 habitantes/Km ²	IBGE (2007).
Índice de desenvolvimento humano	0,745	IPEA (2000).
Empregos	7.324 pessoas (24% da população) possuem empregos formais.	IBGE (2007).
Organização e tecido social	Baixa organização social e pouca participação coletiva (urbana e rural). STTR, Colônia de Pescadores e Igreja Católica são os pontos focais de articulação social.	Amorim <i>et al.</i> (2010).
Presença institucional	Baixa presença de políticas públicas no município. As áreas de saúde, educação, assistência técnica, fomento, crédito, transporte, comunicação, infraestrutura, controle social e sanitário são deficientes.	Amorim <i>et al.</i> (2010).

•▶ continuação **Tabela 1**

Aspectos econômicos		Fonte
Produto Interno Bruto	420,8 milhões de reais (a preços correntes)	IBGE (2007).
Infraestrutura de produção e de escoamento	Rede de distribuição de energia elétrica concentrada na área urbana, comunidades rurais atendidas por termoeletrica localizada na sede urbana e pequenos geradores de energia a diesel. O escoamento da produção ocorre via terrestre (PA-254 e PA-473) e via fluvial (densa rede hidrográfica).	IBGE (2007), SEPOF (2008), Figueiredo <i>et al.</i> (2008).
Infraestrutura urbana	Telefonia fixa, retransmissão televisiva de canais abertos, duas rádios comunitárias e serviços de internet precários.	IBGE (2007), SEPOF (2008).
Produção agropecuária	800 estabelecimentos agropecuários (área de 155.197 ha).	IBGE (2007).
Produção florestal	(i) 248 ton. em 2008 de açaí e castanha do Pará; (ii) 1.126.400 m ³ de madeira em tora para a produção de pasta de celulose; (iii) 454.685 m ³ madeira em tora para outras finalidades.	IBGE (2008b).
Produção das comunidades rurais	No campo agrícola, destaca-se o plantio de mandioca. Além disso, praticam os cultivos de hortaliças, banana, mamão, milho e abacaxi, em baixa escala de produção. No extrativismo florestal, destaca-se a produção de castanha do Brasil e açaí, além do cacau nativo em algumas regiões. Há também produção de madeira para uso doméstico rural e para a construção civil em Almeirim, em pequena escala.	Amorim <i>et al.</i> (2010).
Principais cadeias produtivas	Castanha do Brasil, cacau nativo, açaí, andiroba, madeira nativa, madeira de florestas plantadas, farinha e pecuária leiteira e de corte (bubalinos e bovinos).	Amorim <i>et al.</i> (2010).

LIÇÕES APRENDIDAS E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora o projeto *Almeirim Sustentável* ainda esteja em seu segundo ano de execução, algumas lições aprendidas já podem ser documentadas, no esforço de auxiliar outros projetos semelhantes sendo executados e no intuito de sugerir ações aos programas estaduais de municípios verdes sendo implementados. Mais uma vez frisamos que tais lições e sugestões são complementares a ações estruturantes de base que assegurem o cumprimento da Lei e a segurança sobre o direito de propriedade, como o monitoramento estratégico, o controle social e o ordenamento fundiário.

1. Aprofundar ações de pesquisa sobre o bom uso de recursos florestais alternativos. Em grandes extensões de

terras públicas e privadas da Amazônia, o bom uso das florestas sob manejo representa a melhor alternativa para a conservação de tais recursos no longo prazo. Entretanto, ainda há grandes lacunas de informação no que se refere ao manejo de produtos florestais não madeireiros, como frutos, óleos, sementes, cipós, resinas e outros produtos. O manejo de tais produtos pode também ser diferenciado dependendo das condições locais de cada floresta, fato que dificulta seu manejo. Mais pesquisa aplicada é necessária para que tais lacunas de conhecimento sejam gradualmente solucionadas.

2. Aprofundar o conhecimento sobre as cadeias de produção e as alternativas

de mercado. Ainda se conhece relativamente pouco sobre a cadeia de produção dos principais produtos agroflorestais comercializados por comunidades amazônicas, de forma que sua sustentabilidade econômica é ainda muito dependente de apoio a fundo perdido ou de ações de fomento lideradas por grupos privados. Além disso, muitos destes produtos competem no mercado formal com produtores mais eficientes por questões de escala e investimento. Existem duas necessidades prementes: (i) aumentar o conhecimento sobre o mercado junto aos produtores e sobre a produção junto aos compradores e intermediários, de forma que um ator possa conhecer as necessidades do outro e possa haver uma sensibilização sobre as perspectivas de negociação; (ii) criar e testar alternativas de diferenciação dos produtos comunitários no mercado, incluindo sistemas de certificação socioambiental. O próprio poder público municipal, estadual e federal tem um papel importante de considerar em suas políticas de compras uma preferência por produtos social ou ambientalmente diferenciados.

3. Apoiar o “planejamento-verde” ao nível municipal e a capacidade de gestão pública local. A maioria dos municípios do interior da Amazônia não está devidamente equipada para realizar um planejamento de suas políticas de forma integrada a uma agenda ambiental. De fato, grande parte dos municípios do interior da Amazônia deixam as funções ligadas à pasta ambiental sob a responsabilidade de secretarias de agricultura, que muitas vezes têm interesses conflitantes. É preciso reconhecer que existem incentivos perversos no interior da Amazônia para que as gestões municipais propaguem o modelo de desenvolvimento de bolha: uma de-

terminada gestão que conseguir gerar um amplo impacto socioeconômico no curto prazo, mesmo que insustentável no longo prazo, será recompensada pelo público local por sua suposta eficiência.

Embora as ações de embargo implementadas pelo governo federal e estadual sejam importantes para incentivar os municípios em direção à pauta ambiental, a falta de capacidade da gestão local tende a prejudicar o desempenho das ações emergenciais no longo prazo. Também é preciso considerar que a lista de embargo do Ministério do Meio Ambiente criada em 2009 inclui menos de 10% dos municípios da Amazônia, sendo que a maioria dos mesmos tentou ou tentará caminhar rumo ao modelo de desenvolvimento insustentável de curto prazo. Neste contexto, parece mais eficiente incluir as gestões públicas em programas de desenvolvimento de expertise verde local do que esperar para que tenham de ser apoiados para saírem de embargos através de programas forjados com este fim.

4. Obter adesão local para a sustentabilidade das ações no longo prazo. Um componente fundamental dos projetos e programas de municípios-verdes é conseguir mudar a mentalidade local para que as ações sejam efetivas na fase pós-embargo. Isto é especialmente importante se considerarmos que a maioria dos projetos liderados pelo governo ou por organizações independentes têm um escopo de duração de alguns anos apenas. É preciso que estes projetos despendam uma porção substancial de energia no fortalecimento de alianças e na sensibilização pública local, incorporando compromissos do setor privado, e exigindo que a pauta de desenvolvimento sustentável seja um requisito na competição política local.

5. Empoderar as comunidades locais e auxiliar em seu desenvolvimento econômico.

As comunidades rurais têm um papel primordial no sucesso ou no fracasso da trajetória de desenvolvimento dos municípios verdes. Primeiro, porque tais comunidades são as guardiãs dos recursos naturais existentes localmente, e detêm o poder de conservar tais recursos ou não. Segundo, porque estes atores podem simplificar em muito a missão do estado ligada à fiscalização de atividades rurais ilegais e desmatamento – o chamado monitoramento participativo. Terceiro, porque a pobreza rural mina do governo recursos que poderiam ser, de outra forma, investidos em ações que não sejam apenas paliativas, que por sua vez criam um círculo vicioso de desestruturação da gestão pública. Quarto, porque a melhoria do bem estar rural gera oportunidades de fortalecimento do tecido social local e consequente geração de novas lideranças. Quinto, finalmente, por questões éticas, dado o histórico abandono das populações na Amazônia em relação à presença do estado, relacionados à sua inclusão em políticas públicas necessárias e exigidas do ponto de vista constitucional. Por estas razões, as ações de fortalecimento técnico e de assistência técnica rural (agrícola e florestal) devem tomar uma parcela importante dos recursos destinados aos projetos e programas de municípios verdes. Adicionalmente, ações de fortalecimento das organizações sociais locais devem ser incentivadas.

6. Necessidade de estabelecer diversificação rural e nível de tecnologia adequada. Os pequenos produtores estarão menos vulneráveis se contiverem uma ampla gama de produtos agrícolas e florestais, de forma a sofrer menos com as variações do

mercado. Ao mesmo tempo, é preciso que haja uma preocupação dos programas e projetos de municípios verdes com os modelos e tecnologias adequadas para a escala de produção.

7. Reconhecer a hierarquia de necessidades humanas nos programas de assistência técnica.

Uma parcela importante das comunidades rurais da Amazônia não possui as condições mínimas de subsistência (alimentação e saúde) para que possam ter um mínimo planejamento familiar ou de uso da terra. Sem tais condições, tais comunidades elegem a conservação florestal como uma necessidade secundária e se tornam vulneráveis ao assédio de grupos econômicos locais interessados nestes recursos. É preciso reconhecer que a segurança alimentar e assistência mínima em saúde são as bases para o início da discussão sobre a conservação florestal com tais comunidades. Os programas oficiais de assistência técnica, tradicionalmente focados no interior da Amazônia ao fomento de algumas poucas lavouras agrícolas, precisam se adaptar para ter o acompanhamento de extensionistas em saúde e florestais. Tais programas precisam também reconhecer que é preciso dois tipos de assistência técnica: a primeira visando garantir a subsistência alimentar dos produtores e uma segunda visando gerar produtos para seu desenvolvimento econômico.

8. Investir na geração de talentos sustentáveis, especialmente na área florestal.

Grande parte das comunidades da Amazônia não tem o interesse de usar suas florestas para aproveitamento econômico, por diferentes razões. A primeira se refere à tradição. Uma parcela importante dos produtores rurais estabelecidos da Amazônia migrou de outras regiões nas quais a tradição agrícola era significativa, e não a florestal.

Segundo, justamente pela falta de modelos tecnológicos estabelecidos para a exploração madeireira em pequena escala, além da falta de conhecimento e de mercados estabelecidos amplamente para os produtos florestais não madeireiros. Terceiro, porque tais produtores carecem de conhecimentos técnicos para poder fazer a exploração de florestas de forma eficiente. Na presença destes elementos, grande parte destas comunidades negocia suas florestas com empresas madeireiras, que pela falta de aplicação de boas práticas de manejo florestal degradam tais recursos para a extração rápida de madeiras comerciais. Comumente, além disso, os contratos estabelecidos entre estas empresas e as comunidades não possuem as salvaguardas mínimas para permitir que os produtores familiares tenham uma parcela justa dos benefícios gerados por suas florestas⁵.

Simplesmente dizer para que estas comunidades comecem por si mesmas a realizar a exploração de

suas florestas tampouco é uma boa opção. A atividade florestal é muito mais perigosa do que a agrícola aos trabalhadores não qualificados devidamente. Além disso, sem o emprego das técnicas adequadas, a exploração acarretará às florestas danos graves que comprometerão seu valor futuro de uso, de modo que a única alternativa para seu uso futuro seja a conversão agropecuária. Os projetos e programas de municípios verdes devem priorizar iniciativas de capacitação e treinamento e formação de talentos florestais nas comunidades rurais da Amazônia. Considerando a iminente expansão do manejo florestal nas concessões e no manejo florestal comunitário e familiar, tal ação também ajudaria a gerar mão de obra qualificada para o trabalho especializado nestes empreendimentos – uma alternativa interessante principalmente aos jovens que habitam as comunidades rurais e que gradativamente têm migrado às cidades devido à escassez de alternativa de emprego local.

REFERÊNCIAS PARA CONSULTA

- Amorim, P.; Morgado, R.; Espada, A. L. V.; Bittencourt, P.; Lentini, M.; Palmieri, R. 2010. Diagnóstico Econômico-Ambiental do município de Almeirim, Pará. IFT e Imaflora. Belém, 2010.
- Celentano, D.; Veríssimo, A. 2007. O Avanço da Fronteira na Amazônia: do boom ao colapso. O Estado da Amazônia Indicadores. Imazon. Belém. Disponível em www.imazon.org.br.
- Espada, A.L.V.; Reis, S.; Lima, J.A.; Lentini, M. 2011. *Acordos Empresa-Comunidade: recomendações técnicas para acordos legais e justos entre empresas madeireiras e comunidades florestais na Amazônia. Boletim Técnico IFT 1.* Disponível em www.ift.org.br.
- Figueiredo, A. R. M.; Ribeiro, A. R. B. & Sousa, A. C. (2008) Diagnóstico Situacional de Almeirim Estado do Pará. Con&SeA.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Cidades (2005) Histórico do Município de Almeirim. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Consultado em 14/11/2009.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) Censo Demográfico e Contagem da População. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Consultado em 01/03/2010.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008a) Produção Agrícola Municipal. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>. Consultado em 02/03/2010.

⁵ Este é inclusive tema do primeiro Boletim Técnico do IFT (Espada *et al.*, 2011), disponível gratuitamente em formato pdf na página da organização (ver nas Referências para Consulta).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008b) Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>. Consultado em 02/03/2010.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2000). Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>. Consultado em 01/03/2010.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (2008) Desmatamento nos municípios. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>. Consultado em 03/03/2010.

Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM (2006a) Decreto Estadual N°. 2608 de 04/12/2006 - Cria a Floresta Estadual do Paru nos Municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em http://www.sectam.pa.gov.br/interna.php?idconteudocoluna=1985&idcoluna=7&titulo_conteudocoluna=2608. Consultado em 05/03/2010.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF (2008) Estatística Municipal de Almeirim. Disponível em <http://www.sepof.pa.gov.br/>. Consultado em 14/11/2009.

Universidade Federal do Pará (2008) Diagnóstico Local do Município de Almeirim/PA. MS/UFPA, Belém-PA. Relatório não publicado.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará - ZEE-PA (2009) Zoneamento Climático. Disponível em http://www.pa.gov.br/portal/sepe/downloads/ZEE_Clima.pdf. Consultado em 01/03/2010.

AGRADECIMENTOS

O IFT gostaria de agradecer sinceramente à equipe do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) por nos apoiar na primeira fase do projeto *Almeirim Sustentável*, em especial durante o diagnóstico socioeconômico inicial realizado neste município, destacando Renato Morgado e Roberto Palmieri. Em seguida, o IFT agradece à equipe do Instituto Peabiru,

parceiro em algumas ações sendo implementadas na segunda fase do projeto em andamento. O IFT agradece aos financiadores do presente boletim, expressos na seção a seguir. Os pareceres, conclusões, recomendações e sugestões apresentados neste estudo são de responsabilidade dos autores, e não refletem necessariamente a visão dos financiadores deste boletim.

Financiadores



Apoio



Doadores In-Kind



Os boletins técnicos do IFT, editados a partir de 2011, compilam resultados preliminares de pesquisas e testes realizados no CMF Roberto Bauch, além de observações de campo e notas de expedições realizadas pela equipe que possam de alguma forma servir a sociedade. É voltado a estudantes, tomadores de decisão, jornalistas, profissionais florestais, instrutores de manejo florestal acadêmicos ou práticos e demais atores com interesse em temas ligados ao manejo de recursos naturais, especialmente florestais, na Amazônia.